



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SÉTIMA CÂMARA

Com1

Processo nº : 13805.001287/97-31  
Recurso nº : 116.025 - EX OFFICIO  
Matéria : I R P J - Exs.: 1993  
Recorrente : DRJ em SÃO PAULO/SP  
Interessada : PARTICIPAÇÕES MORRO VELHO LTDA.  
Sessão de : 19 DE MARÇO DE 1998  
Acórdão nº : 107-04.858

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - NULIDADE - É NULA A NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO QUE NÃO PREENCHA OS REQUISITOS FORMAIS INDISPENSÁVEIS PREVISTOS NOS INCISOS I A IV E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 11 DO DECRETO Nº 70235/72.

Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO em SÃO PAULO/SP.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ  
PRESIDENTE

  
EDWAL GONÇALVES DOS SANTOS  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 14 MAI 1998

Processo nº : 13805.001287/97-31  
Acórdão nº : 107-04.858

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros PAULO ROBERTO CORTEZ, NATANAEL MARTINS, ANTENOR DE BARROS LEITE FILHO, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES, MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.

Processo nº : 13805.001287/97-31  
Acórdão nº : 107-04.858

Recurso nº : 116.025  
Recorrente : DRJ em SÃO PAULO/SP

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso *Ex Officio* interposto pela Delegacia Regional de Julgamento em São Paulo que decidiu pela nulidade do Lançamento do I R P J EX. de 1.993, em razão de que a notificação de lançamento não contém a identificação do responsável pela sua emissão.

A interessada manifestou tempestivamente sua inconformidade com o lançamento através do arrazoadado sustentando a nulidade.

É o Relatório



Processo nº : 13805.001287/97-31  
Acórdão nº : 107-04.858

## VOTO

Conselheiro EDWAL GONÇALVES DOS SANTOS, Relator

O Recurso *Ex Officio* preenche as formalidades legais, razão pela qual dele conheço.

Trata-se, como visto do relatório de notificação eletrônica de lançamento suplementar, reconhecida pela Autoridade Julgadora de primeira instância como nula face não identificar o responsável pela sua emissão.

Tal espécie de lançamento, como já reiteradamente decidido nesta Câmara (Acórdão nº 107-3.122 - Relator o eminente Conselheiro Francisco de Assis Vaz Guimarães), é nulo porquanto não observa os preceitos do artigo 142 do CTN e do Decreto nº 70235/72 art. 11.

Tanto isso é verdade que o Secretário da Receita Federal, procurando dar uma adequada estruturação a essa espécie de lançamento, imprescindível nos dias atuais, diga-se, fez baixar a Instrução Normativa nº 54, de 13-06-97.

Nessas condições, voto no sentido de negar provimento ao recurso *ex officio*, mantendo a Decisão nº 013077 dada manifesta nulidade do lançamento que pretendeu corporificar o crédito tributário controvertido.

Sala das Sessões -DF, 19 de março de 1.998.

  
EDWAL GONÇALVES DOS SANTOS

Processo nº : 13805.001287/97-31  
Acórdão nº : 107-04.858

## INTIMAÇÃO

Fica o Senhor Procurador da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho de Contribuintes, intimado da decisão consubstanciada no Acórdão supra, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 44, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 55, de 16 de março de 1998 (DOU de 17/03/98)

Brasília-DF, em 22 MAI 1998

  
FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ  
PRESIDENTE

Ciente em 22 MAI 1998

  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL